



Zona Canavieira do Nordeste: patriarcalismo, opressão e violência contra a mulher

Zona Cañera del Noreste Brasileño: patriarcalismo, opresión y violencia contra la mujer

Emilia de Rodat Fernandes Moreira ¹ 

María Franco García ¹ 

Ivan Targino Moreira ¹ 

Resumo

Este artigo analisa o processo de produção do espaço agrário da Zona Canavieira do Nordeste brasileiro, evidenciando os desdobramentos do sistema patriarcal desde a colonização da região até a década de 1950, quando aborda a trajetória de vida e militância de duas mulheres nordestinas e lideranças das Ligas Camponesas, Alexina Crespo e Maria Celeste Vidal. Os resultados alcançados mostram como a violência contra as mulheres se configura como uma dimensão constante na produção desse espaço, perpetuando-se de diferentes formas. Ao tempo, mostram que nem toda as mulheres em condição de subalternidade patriarcal aceitaram submissamente a opressão de gênero. O engajamento feminino no processo de luta das Ligas Camponesas do Nordeste, pela libertação da classe trabalhadora rural, evidencia a transgressão da norma patriarcal imposta.

Palavras-chave: mulheres nordestinas; Ligas Camponesas; espaço agrário; patriarcalismo.

Resumen

El artículo analiza el proceso de producción del espacio agrario en la Zona Cañera del Noreste brasileño, destacando las consecuencias del sistema patriarcal desde la colonización de la región hasta la década de 1950. Para ello, analiza las trayectorias de vida y el activismo de dos mujeres nordestinas y líderes de las Ligas Campesinas, Alexina Crespo y María Celeste Vidal. Los resultados muestran cómo la violencia contra las mujeres es una dimensión constante en la producción de este espacio, perpetuada de diferentes maneras. Al mismo tiempo, muestran que no todas las mujeres en condición de subalternidad patriarcal han aceptado en pleno la opresión de género. El compromiso de las mujeres en la lucha de las Ligas Campesinas del Nordeste por la liberación de la clase trabajadora rural es una prueba de su transgresión sobre norma patriarcal impuesta.

Palabras clave: mujeres del Noreste; Ligas Campesinas; espacio agrario; patriarcalismo.

¹ Universidade Federal da Paraíba.

E-mails: erodat@hotmail.com; mmartillo@gmail.com; ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Introdução

O processo inicial de produção do espaço agrário da Zona Canavieira do Nordeste, a partir da colonização europeia, só se consolidou com o estabelecimento da atividade açucareira e a instalação de uma sociedade eminentemente patriarcal, onde as relações de gênero e geracionais eram regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens aos homens mais velhos (...) (Scott,1995).

Para alguns autores, o papel que cabia ao homem nessa sociedade “era o de formar uma família para procriar, comandar, proteger e prover” (Bicalho, 2020, p. 177). Assim, a mulher se constituía em “acessório de valor relativo, era a besta de carga, sem direitos nem proveitos, ou o fator incidental na vida doméstica” (Prado, 1981, p. 45).

Mesmo que já existisse no Brasil uma relação diferenciada entre homens e mulheres nas comunidades indígenas, a sociedade patriarcal como hoje a conhecemos, só foi de fato estabelecida com o advento da colonização, sob a égide do capitalismo mercantil. Segundo Follador (2009, p.8),

ao se falar em patriarcado no Brasil, deve-se levar em consideração o fato do país ter sido colonizado por europeus que para aqui trouxeram os mesmos conceitos em relação à mulher, que os adotados em seus países de origem. Desse modo, as exigências de submissão, decoro e recolhimento foram impostas às mulheres no Brasil desde a instalação da colonização.

Este artigo analisa o processo de produção do espaço da Zona Canavieira do Nordeste, evidenciando o sistema patriarcal nele instalado e as diferentes formas de opressão e violência contra a mulher presentes em cada momento histórico. A análise se estende desde o período de instalação do processo de colonização da região até a década de 1950. Salientamos que a exposição dos fatos não se dá de forma linear, uma vez que o interesse é estabelecer os nexos entre a produção do espaço regional, o sistema patriarcal que lhe é característico e a opressão e violência contra a mulher que nele se desenvolvem e se transformam ao longo do tempo histórico.

Em um segundo momento, o texto busca demonstrar que nem todas as mulheres assumiram de forma passiva o código moral imposto pelo sistema patriarcal. Algumas delas se rebelaram (re)construindo-se enquanto mulheres transgressoras e revolucionárias. É o

caso entre muitas outras, de Alexina Crespo e Maria Celeste Vidal cujas trajetórias de vida são tratadas neste texto.

O artigo se estrutura em dois eixos de análise além dessa introdução e das considerações finais: o que trata da relação entre a produção do espaço da Zona Canavieira do Nordeste, o patriarcalismo, a opressão e a violência contra a mulher; e o que aborda a trajetória de vida e de luta de duas mulheres que atuaram nas Ligas Camponesas dessa região.

Produção do espaço da Zona Canavieira do Nordeste: patriarcalismo, opressão e violência contra a mulher

A instalação do processo de exploração colonial na Zona Canavieira do Nordeste teve o Engenho como sua unidade de produção não só econômica, mas social e cultural. Nele, a paisagem por si só já expressava a diferenciação social e étnica que o configurava: a casa-grande, onde residia a família do senhor de engenho, aconchegante, com muitos quartos e salas amplas situava-se no topo das elevações, com visão para a fábrica e para os canaviais. A presença dos homens e mulheres negros na casa-grande só se dava na condição de escravos. A senzala localizava-se por trás da casa-grande: era o lugar onde os homens, mulheres e crianças negros e escravos eram colocados sem qualquer tipo de conforto, higiene e iluminação. Em geral havia uma capela ao lado da casa do senhor, como que expressando a aliança existente entre o poder espiritual e o poder senhorial. No vale, estendiam-se os canaviais e na base da encosta, a fábrica (Moreira, 1999).

O Engenho era muito mais do que instalações onde se davam os processos de esmagamento e beneficiamento da cana. Ele era a própria plantagem² na medida em que compreendia tanto a atividade agrícola como a industrial e os elementos que conformavam a sociedade do açúcar. Em outras palavras, o engenho conferia *status* e poder ao senhor de engenho e conformava a sociedade nascente em uma sociedade patriarcal de classes.

O maior expoente da sociedade patriarcal da plantagem canavieira era o senhor de engenho que detinha poder não só sobre a terra, mas segundo Gilberto Freyre (2004),

² Gorender, ao discorrer sobre o modo de produção escravista colonial, denomina de plantagem o que comumente na historiografia tradicional se costumou chamar de *plantation*. Adota-se a sua forma de redação do termo por estar na língua portuguesa.

também de vida e de morte sobre as pessoas sob seu comando: escravos, trabalhadores livres, mulher e filhos. Os escravos e os trabalhadores pobres livres, constituíam a mão-de-obra utilizada nos engenhos.

Nessa sociedade, o papel da mulher diferenciava-se segundo a classe e a raça. As senhoras de engenho, embora submissas aos seus senhores e submetidas secularmente ao papel de procriadoras, responsáveis pela criação dos filhos e filhas, mantinham uma certa autonomia no que se refere à gestão da casa-grande: supervisão da produção doméstica de alimentos, organização das roupas, limpeza da casa, alimentação dos escravos e agregados (Freyre, 2004). De outro lado, tinha que se submeter às vontades do marido ser-lhes obediente e conviver com as relações que ele mantinha fora do casamento.

A mulher negra escrava, além de fazer parte da composição estrutural de exploração do trabalho escravo, era vulnerável a todas as formas de violência, principalmente a violência sexual. Apesar de trabalharem arduamente no campo, ainda eram obrigadas a manter relações sexuais com os senhores, capatazes, feitores, visitantes e filhos da casa grande. Segundo Gilberto Freyre (2004), eram as escravas que iniciavam o jovem, filho do senhor, na vida sexual. Nem mesmo as crianças eram poupadas desse tipo de exploração (Priore, 2006).

Em muitos casos, até o direito à procriação era limitado pela necessidade que tinha o senhor de ter braços fortes e sadios para o trabalho. Daí o surgimento de um lado, do "reprodutor de senzala" e, de outro, da alienação do direito à paternidade por parte dos que tinham que se submeter às leis seletistas de reprodução impostas pelo senhor (Moreira;Targino, 1997, p. 41).

Assim sendo, o controle dos corpos e da sexualidade atingia tanto os homens como as mulheres escravos e escravas no patriarcalismo colonial. O fato de os homens mais fortes serem transformados em "reprodutores" tirava deles a sua condição humana afetiva. Por sua vez, os escravos se viam obrigados a ceder suas companheiras a fim de que elas se constituíssem em meros objetos de reprodução de novos homens e mulheres fortes para o trabalho, isto é, de crianças que além de já nascerem sob o estigma da escravidão ainda tinham que se constituir, nas origens, tanto em importante instrumento de trabalho como em mercadoria, com maior valor de mercado.

Tudo isso sem falar nos maus tratos e torturas que as escravas recebiam por parte das senhoras. Não são dois nem três casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravas indefesas.

Sinhás moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença dos maridos, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiaria. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher (Freyre, 2004, p. 392-393).

Com base no exposto, constata-se que a mulher negra durante o domínio do escravismo colonial, se encontrava sob o jugo das relações de poder características de uma sociedade racista, classista e patriarcal.

“Se a mulher era inferior ao homem, independentemente da sua classe social, a negra estava em uma posição mais inferior ainda” (Sampaio, 2019, p. 11)³. A ordem de hierarquia deixava sempre a mulher negra sujeita a uma violência maior seja na relação de gênero binária homem-mulher seja na relação racializada mulher branca - mulher negra. “De um lado, eram assediadas e violentadas pelos senhores, que as tornavam objeto de seu desfrute sexual. De outro lado, sofriam a ira e a inveja das sinhás, que cometiam contra elas as mais terríveis atrocidades” (Sampaio, 2019, p. 11).

Na segunda metade do século XVII, a crise de acumulação do setor açucareiro⁴, decorrente da perda de mercado pela concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas, provocou a abertura das terras dos engenhos a homens pobres livres como forma de garantir sua sobrevivência. Vale dizer que a “falta de recursos para adquirir a mão de obra escrava em número suficiente para atender suas necessidades facilitou o estabelecimento de camponeses no interior dos engenhos” (Andrade, 1986, p.104). Tem início um período de convivência do trabalho escravo com o trabalho livre. No bojo desse processo nasce um campesinato que, embora livre, estava subordinado aos donos da terra.

Segundo Manoel Correia de Andrade (1980), os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do senhor de engenho a autorização de habitar na propriedade em casas de palha ou de taipa e palha, de chão batido e dois ou três cômodos, de cultivar e

³ Pode-se afirmar que a condição de inferioridade da mulher em relação ao homem característica do modelo patriarcal de sociedade sobrevive até a contemporaneidade. Ele continua sendo ainda mais forte no campo e em relação às mulheres negras.

⁴ O crescimento da produção do açúcar no Brasil foi considerável da metade do século XVI à metade do século XVII. Contudo, a guerra que a Holanda moveu contra a Espanha pelo controle do açúcar, repercutiu profundamente no país. Durante a ocupação de grande parte da região brasileira produtora de açúcar pelos holandeses, eles adquiriram o conhecimento técnico e organizacional da produção açucareira que levaram consigo quando expulsos. Surge daí a implantação e o desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe (Canabrava, 1981).

criar animais em um pequeno pedaço de terra. Tinham direito a lenha e a água dos riachos e rios que cortavam a propriedade. Às vezes recebiam um salário: "Um salário de condição, mais baixo do que o vigente no mercado, salário que o senhor da terra obrigava a rebaixar (...)" (Gorender, 1987, p.30).

Predominavam dois tipos de moradores: a) os moradores de condição também denominados de **cambãozeiros** que pagavam ao senhor, pelo direito à morada e ao sítio, **uma renda da terra em trabalho**, isto é, davam dias de trabalho gratuito (**o cambão**, como era conhecido regionalmente) que variava de senhor para senhor, de um a sete dias na semana; b) os moradores foreiros que, pelo direito a um pedaço de terra para cultivar e um casebre para morar pagavam ao senhor uma renda anual em dinheiro, conhecido como "foro". Muitas vezes, além do foro, ainda era cobrado dos foreiros uma renda em trabalho (**o cambão**) (Andrade, 1980).

Uma característica do sistema de morada era o seu caráter interpessoal, uma vez que o acordo e as condições do contrato de trabalho eram negociados diretamente com o senhor, sem qualquer dispositivo legal ou contrato assinado, podendo ser rompido a qualquer momento apenas pelo proprietário sem nenhuma forma de indenização. (Moreira; Targino, 1997; Andrade, 1980).

O controle que o senhor exercia sobre essa força de trabalho se fazia através do acesso à terra. Em alguns casos, à medida que se consolidava o sistema de morada, esse controle era reforçado pelo endividamento do trabalhador através dos sistemas de barracão e de vales. "A sujeição ao barracão e ao vale imprimia um caráter de semiescavidão ao sistema de morada" (Moreira; Targino, 1997, p. 45). Outras tramas das relações sociais fortaleciam as relações pessoais no sistema de morada a exemplo do compadrio, do voto de cabresto, da lealdade ao senhor⁵.

O sistema de morada vai se ampliar com a abolição da escravatura. Isto porque após a abolição, o negro liberto, sem nenhum auxílio do governo e sem recursos para se estabelecer por conta própria, permaneceu em grande parte nas propriedades, onde engrossou o número de moradores (Andrade, 1980).

⁵ Palmeira, 1976; Heredia, 1979.

Com o estabelecimento do sistema de morada, a sujeição e opressão das mulheres ganham novos contornos. Pelo menos três aspectos podem ser sublinhados. a) em primeiro lugar, o número de filhos era um condicionante para a alocação dos trabalhadores nos engenhos e nas fazendas; desse modo, as mulheres deviam ter muitos filhos, pois, nesse sistema, um “filho antes de ser boca era braço”, isto é, desde a mais tenra idade as crianças eram chamadas a participar do processo produtivo; disso resultou o Nordeste deter a maior taxa de fecundidade total (superior a 7 filhos por mulher) entre as regiões brasileiras na primeira metade do século XX (Frias; Oliveira, 1991) numa realidade em que a atenção à saúde da população era praticamente nula⁶, ter filho era um risco elevado como atestam os dados de mortalidade materna na zona rural do Nordeste (Sudene, 1978); em segundo lugar, as mulheres além de cuidar da casa e dos filhos, também ocupavam-se de algumas atividades produtivas (ajuda no plantio e na colheita), cuidado da criação miúda, cuidado com os quintais e venda de alguns produtos para ajudar no orçamento como venda de ovos, de galinhas, além de lavarem e engomarem as roupas e cozinham para as famílias dos proprietários fundiários, etc.; c) em terceiro lugar, os senhores de engenho acrescentaram uma nova forma de violência contra as mulheres nas suas propriedades: eles passaram a cobiçar as filhas dos moradores. Em alguns engenhos tornou-se prática comum, o defloramento das meninas logo depois da menarca.

Em suma, a mulher camponesa, esposa do morador ou do pequeno produtor proprietário, para além do trabalho no canavial e no sítio (caso das moradoras), ou do trabalho na roça (caso dos produtores rurais proprietários), ainda executava várias tarefas na casa, cuidava dos filhos e, no mais das vezes, para complementar a renda da família, ainda lavava e engomava roupa para fora, costurava ou bordava, além de sofrerem as agressões sexuais acima referidas. Todas essas atividades foram naturalizadas pelas próprias mulheres. Referindo-se às mulheres camponesas, Conte (2008), comenta:

Lavar trouxas de roupa, cozinhar, costurar e cuidar dos filhos(as) enquanto os homens da casa descansam da jornada na roça – que é uma jornada também delas – sempre pareceu normal. Da mesma forma, serem as primeiras a se levantar e as últimas a dormir é algo que passa despercebido. Nesse sentido ficam evidentes a condição serviçal e a legitimação da exploração do seu trabalho. Tanto a exploração quanto todas as formas de opressão, desde o pouco poder de decisão, se transformam em violência e as priva de prazeres (Conte, 2008, p.1).

⁶ A situação da Paraíba em 1920 ilustra essa afirmação: para uma população de 961.108 habitantes, a disponibilidade de leitos na então província era de apenas 282, dispoendo de 15 enfermarias nas unidades hospitalares (IBGE, 1986).

É verdade que a ampliação e difusão do sistema de morada foi importante para superar a crise que poderia se abater sobre o sistema canavieiro nordestino com a abolição da escravatura. No entanto, essa não foi a única crise enfrentada pelo sistema ao longo de sua história e de superação das mesmas. Na verdade, a história do açúcar no Nordeste registra ciclos sucessivos de retração e recuperação com reflexos sobre a posição da mulher na sociedade canavieira.

No final do século XVIII, a economia açucareira brasileira, que vivenciara uma fase de estagnação, experimentou um impulso de superação em virtude de um conjunto de fatores, dentre os quais podem ser lembrados: a) o aumento da demanda decorrente do crescimento urbano e do crescimento populacional verificado na Europa; b) a eclosão das guerras de independência das Antilhas que comprometeu sua dinâmica econômica; c) o bloqueio continental napoleônico imposto contra a Inglaterra e, conseqüentemente ao açúcar produzido em suas colônias.

Concomitante a essas dinâmicas que estimularam a produção do açúcar no Brasil, Napoleão incentivou, na Europa, a produção de um tipo de açúcar a partir da beterraba. Esse processo teve repercussões muito impactantes para o mercado do açúcar brasileiro uma vez que “pela primeira vez um produto tropical podia ser substituído por outro fabricado em países de clima temperado” (Mintz, 2003, p.40).

Os produtores europeus de açúcar, instigados pelo governo de Napoleão, desenvolveram amplamente a produção do açúcar de beterraba. Integrando-se ao mercado internacional do açúcar, provocaram um declínio sensível no preço do produto tendo o Brasil com isso, praticamente perdido o mercado europeu. (Rodrigues; Ross, 2020).

No final do século XIX, outro fato abalará ainda mais a economia açucareira brasileira: a mecanização da produção fabril nas colônias inglesas, espanholas e holandesas e no território norte-americano. A isso somou-se a turbulência econômica nos Estados Unidos⁷ que posteriormente se expandiu pelo mundo provocando a depreciação dos produtos de exportação e a queda das taxas cambiais brasileiras após 1851 (Rodrigues; Ross, 2020). Além da concorrência internacional e da queda da taxa cambial, a abolição

⁷ A turbulência à qual nos referimos tem a ver com uma grave depressão econômica que teve lugar nos EUA no final do século XIX, que ficou conhecida como “o Pânico”.

da escravatura também teve repercussões negativas na economia açucareira brasileira contribuindo para sua retração.

Esses fatores levaram o poder público a intervir no setor açucareiro estimulando, através de incentivos financeiros, a implantação de novas unidades fabris, que não abrigavam a parte agrícola ou de produção de cana: os Engenhos Centrais (Melo, 1975)⁸. Acreditava-se que esse novo empreendimento poderia fazer frente à concorrência com o açúcar de beterraba por possibilitar a redução dos custos de produção em virtude de concentrar apenas a atividade industrial.

Malgrado a forte inversão de capital, este modelo de organização da produção açucareira não logrou êxito no seu objetivo em decorrência tanto da má gestão por parte das companhias estrangeiras e brasileiras que obtiveram financiamentos, assim como de atrasos na construção das estradas de ferro que dificultaram o transporte dos maquinários dos portos aos engenhos e o escoamento de mercadorias até os portos. A escassez de mão-de-obra resultante da abolição da escravatura, secas e doenças que afetaram os canaviais e a escassez de matéria-prima decorrente da resistência dos senhores de engenho em fornecer cana formaram um leque de fatores que contribuíram para o fracasso dos Engenhos Centrais.

O insucesso dos Engenhos Centrais não foi capaz de desestimular a modernização da atividade açucareira. Essa modernização basear-se-á primeiro, no retorno da integração entre agricultura e o processamento da cana e segundo, na mudança quanto ao capital investido, que antes era dominado pelo capital agrário e mercantil e passa a ser dominado pelo capital industrial (Canabrava 1981; Perruci, 1978). Surge assim a Usina de açúcar.

A Usina é uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Embora ela tenha surgido garantida por programas de auxílios e subvenções dos governos estadual e federal, o processo de substituição dos engenhos pelas novas fábricas se realizou lentamente e de modo desigual, se completando integralmente apenas na metade do século XX.

A instalação e a expansão da Usina foram responsáveis por profundas modificações na organização interna do sistema açucareiro. Vale ressaltar: a) a (re)concentração da propriedade da terra e a centralização da produção de açúcar (algumas poucas usinas substituíram centenas de engenhos); b) a substituição do açúcar

⁸ As usinas à medida que se fortaleciam subordinavam os engenhos às suas necessidades provocando a transformação de muitos senhores de engenho em meros fornecedores de cana ou arrendatários.

mascavo pelo açúcar centrifugado a partir de mudanças no padrão técnico e nos processos de produção; c) a expansão do trabalho assalariado⁹; d) o surgimento da figura do "fornecedor de cana"¹⁰; e) a substituição do "senhor de engenho" pelo "usineiro"; f) o emprego em maior escala da mecanização; g) o emprego de variedades selecionadas de cana; h) e a retração das formas pré-capitalistas de produção que caracterizaram historicamente o engenho, como o trabalhador morador e o foreiro, em virtude da expansão horizontal dos canaviais.

Muitos engenhos paralisaram totalmente suas atividades, ficando de “fogo morto”. O poder político regional antes controlado pelos senhores de engenho, passou para as mãos dos usineiros¹¹.

Constata-se a ampliação do uso do trabalho assalariado na atividade canavieira sem que se realizasse a completa extinção da força de trabalho camponesa. Isto em virtude dos limites tecnológicos ainda existentes para o desenvolvimento de algumas etapas do processo produtivo, tais como o plantio, a limpa e o corte da cana.

Ao mesmo tempo em que se dava essa reestruturação da atividade canavieira, observava-se o avanço da urbanização, promovendo até certo ponto a transferência da estrutura organizacional de poder do campo para a cidade.

Esses processos, se de um lado, trouxeram algumas modificações no papel da mulher na sociedade, por outro lado, confirmaram e ampliaram sua condição de subordinação em virtude das relações hierárquicas estabelecidas com os homens, que resultaram em opressão nas mais diferentes relações presentes tanto no âmbito familiar quanto no social (Muller; Besing, 2016). No campo, deteriorou-se ainda mais a condição da mulher camponesa.

Quando a sociedade passou a ter como parâmetro a realidade urbana, as camponesas sofreram com uma dupla hierarquia perpetuada sendo inferiorizadas por duas razões: a primeira, por serem mulheres; e a segunda, por fazerem parte de um lugar considerado atrasado, de sujeira e burrice (Conte, 2008, p.1).

⁹ Apesar de a usina expulsar o trabalhador permanente, ainda necessitava de vultosa mão-de-obra em algumas etapas do processo produtivo como o plantio e a colheita. Surge então o assalariado temporário ou sazonal da cana

¹⁰ As usinas à medida que se fortaleciam subordinavam os engenhos às suas necessidades provocando a transformação de muitos senhores de engenho em meros fornecedores de cana ou arrendatários.

¹¹ Alguns dos quais eram senhores de engenho e obtiveram os incentivos estatais para a implantação de usinas. Um exemplo é o da família Lins no Brejo Paraibano.

Outrossim, a condição de miséria dos trabalhadores expulsos das usinas e dos engenhos, que foram morar nas periferias urbanas, levou milhares de mulheres a se transformarem em assalariadas temporárias da cana como forma de complementar a renda familiar. Nessa atividade, as condições e jornadas de trabalho das mulheres eram iguais às dos homens exigindo-se a mesma produção, porém a remuneração era muito inferior.

As condições de opressão e violência passaram a ser perpetradas pelos cabos de turma e capatazes. O assédio era a principal forma de violência utilizada, sendo a sua não aceitação, condição para a perda imediata do emprego. Era comum a denúncia de estupros nos canaviais. Raramente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais agiam com denúncia na justiça, uma vez que as mulheres por medo dos julgamentos da sociedade preferiam calar (Moreira, 2011).

Por sua vez, a vida na cidade abriu espaço para novas formas de inserção produtiva e cultural para as mulheres, ainda que permanecessem sob o controle do sistema patriarcal dominante. A expansão do ensino religioso e laico, contribuiu para o acesso à educação de mulheres e homens. As famílias da aristocracia rural passaram a colocar suas filhas em internatos de escolas religiosas visando uma educação para o lar mais aprimorada.

Escolas normais de formação de docentes foram criadas nas principais cidades do país inclusive na Zona Canavieira do Nordeste, com preponderância do alunado feminino.

Através da educação que era imposta às mulheres da sociedade patriarcal da Zona Canavieira do Nordeste, naturalizaram-se comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos que confirmam a assertiva de Saffioti (1978) de que este é um dos caminhos mais fáceis e curtos “para legitimar a ‘superioridade’ dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos” (Saffioti, 1978, p. 11).

Quando o mercado de trabalho urbano, no início do século XX abriu-se para o sexo feminino, o trabalho da mulher cercou-se de preconceitos e era visto como acessório ao trabalho do homem. O Estatuto da Família reforçava essa percepção na medida em que afirmava que “não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da convivência familiar.”

Por sua vez, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho remunerado gerou uma divisão sexual do trabalho na esfera pública que refletia e fortalecia a divisão sexual do trabalho na família, uma vez que esta tinha se tornado

menos rígida hierarquicamente, mas “não menos importante como uma instituição para controlar a sexualidade das mulheres e preservar as relações de classe” (Magalhães; Schemes, 2015, p. 123).

As mulheres trabalhadoras, geralmente, não adotavam os padrões rígidos de comportamento dominantes. De acordo com Chalhoub (2001) apud Magalhães e Schemes (2015, p. 123) “as relações materiais de vida determinavam uma relação homem-mulher ‘bipolarizada’, com uma maior divisão de poder entre eles”.

Para Castells (2000), embora a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado tenha abalado a legitimidade da dominação do homem enquanto provedor da família e a discriminação legal tenha diminuído, a violência interpessoal e o abuso psicológico, despertou de forma assustadora a ira masculina frente à perda do poder.

Outrossim, a crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública chamou a atenção sobre a desigualdade entre homens e mulheres ao ponto de levar médicos e higienistas a defenderem que o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família (Rago, 2006).

Na década de 1950, conhecida como “Anos Dourados”, a formação educacional das mulheres continuou priorizando o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos voltados à capacitação do exercício da função de “rainha do lar” e para a formação docente. Apesar das mudanças observadas no contexto socioeconômico da época, a distinção entre os papéis femininos e masculinos dominantes permaneceram praticamente a mesma, com pequenas diferenças entre as famílias de mulheres trabalhadoras.

A moral sexual diferenciada, porém, permanecia forte: ao homem era permitida a vida sexual antes do casamento enquanto as mulheres deviam casar-se virgens. A valorização da virgindade era um requisito para as mulheres serem consideradas honradas¹².

O controle do corpo feminino, a conservação do mesmo intacto, sem a mácula da vergonha, ou seja, da perda da virgindade antes das núpcias impunha à mulher uma exigência de conduta social que estabelecia o controle feminino sobre seu corpo e a obrigatoriedade de distanciar-se dos apelos da sexualidade (Magalhães; Schemes, 2015, p. 120-121).

¹² Este aspecto da moral sexual ainda persiste em pleno século XXI no seio das famílias tradicionais de religião católica e protestante.

Nem todas as jovens, porém compartilharam passivamente desse princípio, muitas tomaram caminhos divergentes ou, como era comum falar-se, “caminhos desviantes” quebrando tabus e regras.

A vontade e a coragem de transgredir iam de fumar, ler coisas proibidas, explorar a sensualidade das roupas e penteados, investir no futuro profissional, discordar dos pais, a contestar secreta ou abertamente a moral sexual, chegando a abrir mão da virgindade - e, por vezes, do casamento – para viver prazeres eróticos muito além dos limites definidos. De qualquer forma, seus questionamentos e contestações colocaram em perigo as normas de comportamento e contribuíram para a ampliação dos limites estabelecidos para o feminino (Bassanezi, 2004, p. 622).

Na Zona Canavieira do Nordeste, algumas mulheres romperam com a lógica moral patriarcal ao se engajarem em partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro e em movimentos sociais, como as Ligas Camponesas. É o caso por exemplo, de lideranças e apoiadoras femininas das Ligas Camponesas cujas trajetórias de vida e de luta, à exceção de Elisabeth Teixeira, foram silenciadas até mesmo dentro do movimento, a exemplo de Alexina Crespo e Celeste Vidal.

A (res)significação do ser mulher na Zona Canavieira do Nordeste: a participação feminina nas Ligas Camponesas

O movimento dos camponeses no Brasil, enquanto organização social voltada para a reivindicação de melhores condições de vida e trabalho iniciou-se tardiamente, na década de 1940, com o advento da redemocratização e o curto momento de legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹³. Nessa ocasião, ganhou forças no interior do PCB, a proposta de torná-lo um partido de massa, o que implicava em uma maior aproximação com os camponeses. Essa era também uma forma do PCB “preencher o espaço deixado pela legislação trabalhista que, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada em 1943, contemplava apenas os trabalhadores urbanos” (Ferreira, 2009, p. 166).

¹³ O PCB foi criado em março de 1922 e colocado na ilegalidade em julho do mesmo ano por defender a revolução proletária. Em janeiro de 1927 ele tem restabelecida sua legalidade. Com a instalação do Estado Novo em 1937, o PCB é mais uma vez tornado ilegal. Em 1945, já bem debilitado o governo ditatorial de Getúlio Vargas convocou eleições e instituiu novamente a Justiça Eleitoral permitindo o retorno dos partidos políticos, desde que tivessem, ao menos, dez mil eleitores, a partir de cinco circunscrições eleitorais. Com o fim do Estado Novo, o Partido Comunista do Brasil voltou à cena política tendo participado das eleições, quando elegeu 14 deputados entre eles o escritor Jorge Amado e um senador, Luis Carlos Prestes.

Surgem as primeiras iniciativas concretas de atuação do PCB no campo através da criação de pequenos núcleos no interior das propriedades e da criação de Sociedades Cívicas sem fins lucrativos, denominadas de Associações ou Ligas Camponesas cujo registro, permitido pelo Código Civil, dava um caráter de legalidade à organização.

As Ligas Camponesas do PCB nascem, portanto com a finalidade de conter a violência dos senhores da terra, ao mesmo tempo em que se constituíam em um suporte às lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais. Elas se subordinaram à lógica da “aliança operária-camponesa e à política de acumulação de forças que marcava, tacitamente, a ação do Partido Comunista, naquele momento” o que não lhes permitiu à época, obter autonomia política própria (Azevedo, 1982, p. 56). Elas foram criadas entre 1945 e 1947 no Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná, Pernambuco e Minas Gerais. Em Pernambuco vários núcleos das Ligas foram implantados em cidades do interior do estado a exemplo de Pau d’Alho, São Lourenço da Mata, Escada, Goiânia e Vitória de Santo Antão.

Em 1947, porém foi decretada a ilegalidade do PCB¹⁴, que passou a atuar na clandestinidade. Diante das medidas de violência do Estado brasileiro, através de seus órgãos de repressão, que se abateu sobre os militantes do PCB, as ligas criadas foram desmanteladas verificando-se um forte retrocesso no processo organizativo dos trabalhadores rurais (Targino, 2002). No curto período de vida, as Ligas do Partido Comunista do Brasil “não conseguiram criar uma base de massa, nem projetar nenhum líder camponês de expressão nacional, regional ou mesmo local” (Azevedo, 1982, p. 57).

Em 1955, assiste-se ao ressurgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco a partir de um conflito entre moradores e proprietário de terra de um Engenho de nome Galileia, que rapidamente se expandiu dentro do estado e por outros estados do país. Com as Ligas nascem lideranças como Francisco Julião, Clodomir de Moraes, Adauto Freire e muitos outros cujas trajetórias foram muito bem resgatadas pela história do mais importante movimento de massa que teve lugar no Brasil entre os anos 1950 e 1960.

¹⁴ Em março de 1946, o Deputado Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encaminhou denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral contra o PCB, alegando o caráter ditatorial e internacionalista da agremiação e pedindo a cassação de seu registro. Além disso, acusava-se a agremiação política de estar a serviço da União Soviética e que, em caso de guerra, seus militantes lutariam contra o Brasil. Essa e outras denúncias levaram o Plenário do Tribunal Superior, em maio de 1947, cancelar o registro do partido.

Quando do ressurgimento das Ligas Camponesas, o Nordeste rural ainda era marcadamente patriarcal, cabendo à mulher a função primordial de ser procriadora e dona de casa. Desse modo, as mulheres tinham uma participação bastante discreta e, geralmente, secundária. Nesse sentido, em depoimento no seminário sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, Ofélia Amorim afirma:

O trabalho das Ligas Camponesas se desenvolveu numa época em que, a questão da condição feminina, ainda não tinha vindo a debate e muito menos era preocupação dos movimentos políticos, sociais, no Brasil. Então, as mulheres que participavam dos movimentos, quer das Ligas Camponesas, quer de outros, eram movidas mais por uma questão pessoal delas. Quer dizer, elas venciam a sua condição de mulher, cujo papel era ser mãe-de-família e ficar em casa, até quando era a companheira ou a esposa de um líder político, ficar em casa esperando por ele, preparando a casa para recebê-lo. Então, era vencer esse papel que a cultura destinava a ela para assumir um papel no movimento social. Mas era uma questão pessoal, não que houvesse uma preocupação dos movimentos, de trazer a mulher (Targino *et al.*, 2024, p. 220).

Interessante observar que a preponderância masculina no movimento pode ser observada em documentários e filmes sobre as Ligas, a exemplo do filme *Cabra marcado para morrer*. Isto não quer dizer que elas não estiveram presentes. Elas participavam das reuniões, mesmo assim era uma participação subalterna, passiva:

Nas Ligas Camponesas, acontecia uma coisa interessante. As mulheres dos camponeses compareciam às reuniões das Ligas. Aquele sentimento familiar, do camponês, de ir para as reuniões, principalmente nos domingos, de levar a sua esposa ou companheira para que ela fosse, estivesse presente, ouvisse os debates. Agora, poucas eram as que pediam a palavra para falar, para expor. Havia algumas, realmente, que pegavam o microfone e manifestavam a sua palavra, mas, de regra, elas ficavam sentadas, ouvindo e na hora das ações do movimento, elas não iam (Depoimento de Ofélia Amorim, em Targino *et al.*, 2024, p. 220).

No entanto, algumas mulheres romperam com essa posição de subordinação a elas imposta pela cultura patriarcal então dominante, seja enquanto lideranças seja enquanto apoiadoras ativas do movimento. A figura de Elizabeth Teixeira é ilustrativa dessa postura. Ela não foi a única. Outras mulheres também se fizeram presentes na luta. Nesse particular, podem ser lembradas, na Paraíba, além de Elizabeth Teixeira, as figuras de Ofélia Amorim, Isa Guerra, Maria Aquino, Iveline Lucena, Maria das Dores Porto e, em Pernambuco, Alexina Crespo, Deuzuite da Costa Silva e Celeste Vidal.

Apesar da participação efetiva dessas mulheres, em movimentos e partidos políticos, elas foram praticamente silenciadas até os primeiros anos do século XXI. Só então, durante o governo Lula da Silva, a curiosidade de alguns jornalistas, cineastas e de

alguns jovens pesquisadores permitiu trazer à tona o importante papel desempenhado por algumas mulheres nas Ligas Camponesas do Nordeste.

O engajamento feminino no processo de luta das Ligas Camponesas do Nordeste que teve lugar entre 1955 e 1964, não teve relação direta com o movimento feminista organizado, até porque este movimento no Brasil, só começou a se fortalecer na década de 1970. No período em pauta, a mulher ainda era vista como “sujeito sem direitos” cujo destino era servir ao esposo, ser mãe e comandar a gestão da casa. Fugir a esta regra era transgredir com o papel que lhe fora destinado.

Pode-se, portanto afirmar que as mulheres engajadas nas Ligas Camponesas eram, para a sociedade nordestina, “transgressoras” e “desviantes”. Elas romperam com casamentos, amaram livremente, organizaram e formaram para a luta por reforma agrária trabalhadores e trabalhadoras do campo, ocuparam engenhos lado a lado com os camponeses, enfrentaram capangas, os próprios latifundiários e a polícia e, depois do golpe militar, enfrentaram a prisão, a tortura, a clandestinidade e o exílio sem nunca desistir dos seus ideais de igualdade e justiça social. A seguir resgatamos de modo sucinto a trajetória de duas dessas mulheres: Alexina Crespo e de Maria Celeste Vidal.

Alexina Crespo: por trás da fidalguia, a guerrilheira revolucionária das Ligas Camponesas

Alexina Lins Crêspo de Paula, foi uma dessas mulheres para além do seu tempo. Nascida em 1926, na Zona Canavieira de Pernambuco, em uma família católica, tradicional, de classe média, como as jovens de sua classe social da época, foi educada para o casamento. Muito vaidosa, Alexina era elegante, falava pouco e era conhecida pelos gestos refinados, não diferenciando-se de outras senhoras da aristocracia pernambucana. Casou-se em 1943, aos 17 anos em plena adolescência, com um ex-professor, o Francisco Julião Arruda de Paula, onze anos mais velho. No mesmo ano, já demonstrou sua inclinação para a participação política sendo fundadora e primeira presidenta da União Feminina de Pernambuco (UFP), entidade que tinha como objetivo institucional a defesa dos direitos da mulher e da criança em Pernambuco (Documentário Mémórias Clandestinas, 2007; Cabral; Medeiros; Araujo, 2011).

Pela lógica secular, Alexina casada com um advogado e político, seria uma dona de casa, esposa, mãe exemplar e senhora da elite de Pernambuco. Não foi isso, porém que aconteceu. Na verdade, ela rompeu com sua origem burguesa e transformou-se em uma militante da ala mais radical das Ligas Camponesas. Após a vitória da revolução cubana visitou Cuba por várias vezes, onde além de estabelecer grande laço de amizade com Fidel Castro, fez treinamento de guerrilha e curso de formação para decifração de códigos de comunicação. Frente as ameaças que recebia contra a sua família, conseguiu mandar os quatro filhos para estudar em Cuba, contando com o apoio de Fidel, o que lhe permitiu continuar sua luta militante sem preocupação com eles.

Entusiasmada com a reforma agrária cubana e motivada pelos ideais de justiça e igualdade social defendidos pelos líderes da revolução, Fidel Castro e Che Guevara, Alexina se inclinou cada vez mais para a defesa da luta armada no interior das Ligas. É Alexina quem afirma: “— Você sai de Cuba para matar e esfolar americano e o imperialismo. O contato com Che e Fidel vai dando reforço ao idealismo da gente, é fantástico” (Documentário: Alexina – Memórias de um exílio, 2012).

Plena de idealismo, deu treinamento de guerrilha a lideranças e camponeses na Serra das Russas em Pernambuco (depoimento de Deuzuite da Costa Silva em outubro de 2024) e comandou em conjunto com os companheiros Clodomir de Moraes e Aduino Freire, o mais importante centro de formação de guerrilha das Ligas, o de Dianópolis no estado de Goiás, contribuindo desse modo com a ala clandestina das Ligas. Por sua forma de (res)significar sua vida como mulher e mãe enfrentou muitos preconceitos e muita maledicência da sociedade pernambucana.

Para além das atividades citadas, Alexina também se destacou como responsável pelas relações internacionais do movimento, tendo visitado a China, sendo recebida por Mao-Tse-Tung, a URSS, a Coreia do Norte e a Tchecoslováquia. Nessas viagens, procurava apoio para a luta armada no Brasil.

Quando eclodiu o golpe militar, ela escapou da repressão às Ligas por se encontrar em Cuba para onde havia viajado a fim de assistir ao casamento de um filho. A aflição com as notícias que chegavam a Cuba, a preocupação com seus companheiros e companheiras, a vontade de participar da resistência contra o golpe, fizeram com que Alexina desejasse voltar imediatamente ao Brasil. Contudo, Fidel Castro avaliando os

riscos de sua possível prisão ao pisar em solo brasileiro, desaconselhou seu retorno, tendo ela e sua família se exilado em Cuba, por 10 anos. Nesse país, “conciliava as tarefas políticas a ela designadas com a rotina de mãe, já que no exílio encarregou-se de criar praticamente sozinha seus quatro filhos, educando-os com muita dificuldade. Mas todos conseguiram se formar (Filipides, 2018).

Com a vitória no Chile do primeiro presidente socialista eleito democraticamente, Salvador Allende Gossens, Alexina resolveu partir com os filhos e tentar voltar ao Brasil a partir daquele país, o que lhe foi negado pela embaixada brasileira em Santiago. A família então ficou no Chile onde ela contatou o Partido Comunista chileno na intenção de articular com outros brasileiros que se encontravam em Santiago, um movimento de resistência à ditadura militar no Brasil. Contudo, a deflagração em 1973, do golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, chefe das Forças Armadas de Allende, colocou mais uma vez em risco Alexina e sua família. Uma de suas filhas, Anatailde, foi presa e levada ao Estádio Nacional, onde foram reunidas inúmeras outras pessoas de diversas nacionalidades, muitas delas torturadas e mortas.

As relações sociais e políticas internacionais de Alexina e o respeito em torno do seu nome permitiram seu contato com o embaixador da Suécia que descobriu o paradeiro de Anatailde. Ele interveio e conseguiu junto aos mentores do golpe garantir sua liberdade. A essa altura, seu filho Anacleto se refugiara na embaixada do México e Alexina e a outra filha na embaixada do Panamá. Com o pedido de asilo político à Suécia, partiu mais uma vez a família, chefiada pela mãe, para um novo exílio em um país completamente diferente, a Suécia onde permaneceram por sete anos. Voltaram ao Brasil apenas no início dos anos 1980, já beneficiados pela lei de Anistia.

Com base no exposto constata-se que Alexina Crespo, apesar de não ter origem camponesa, dedicou sua vida à luta pela reforma agrária e à melhoria das condições de vida do povo do campo. Foi uma grande ativista política, uma revolucionária que, como mulher, (res)significou sua existência rompendo com a lógica moral do patriarcado sem, contudo, perder sua essência feminina, sua condição de mãe protetora e educadora responsável pela formação política dos seus filhos.

Maria Celeste Vidal: professora, poetisa e revolucionária

Nascida no município de Água Branca, no Sertão do estado da Paraíba em 1928, Maria Celeste Vidal ainda muito jovem, casou e teve três filhos, isto é, cumpriu todas as exigências do ser mulher dentro dos preceitos do patriarcalismo da época. Depois de casada foi morar em um município pernambucano vizinho a Água Branca, o de Tabira. Transferiu-se para Caruaru, município do estado de Pernambuco¹⁵, onde continuou seus estudos. Em 1945, concluiu o curso Normal e passou a lecionar em alguns municípios pernambucanos, até chegar em 1957, ao de Vitória de Santo Antão onde se radicou.

Segundo Barreto e Nascimento (2021), o trabalho docente com crianças e adolescentes vulneráveis, que ela realizou no município de Vitória de Santo Antão, no antigo Instituto Profissional de Pacas, a Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), bem como o contato com crianças do meio rural que traziam para a sala de aula os problemas que os pais e a família enfrentavam, de intensa exploração do trabalho e de miséria no cotidiano de vida no campo, teria forjado uma consciência política que culminaria com a sua participação no movimento das Ligas Camponesas do Nordeste ao lado de Francisco Julião.

Desse modo, a esposa dedicada, mãe cuidadosa e professora exemplar, assumiu outro papel social: o da militância política em favor de trabalhadores rurais.

(...) aguerrida em seus ideais, Celeste Vidal revela o poder feminino que não se subjugou passivamente ao patriarcalismo, ao conservadorismo e ao modelo feminil vigente em sua época. Mesmo tendo que enfrentar inúmeras dificuldades, não abandonou o engajamento combativo às injustiças impostas pelos proprietários de terras aos camponeses. Ao invés disso, utilizou-se da sensibilidade feminina, por meio da literatura, para se expressar e convidar outras mulheres a luta (Santos, apud Nascimento, 2021, p. 12).

Seus poemas, ora clamam para o despertar das mulheres por liberdade, ora contam sua própria luta para obtê-la, como é possível verificar nos belíssimos versos da poesia “Abelha Operária” transcritos abaixo.

As mulheres que se organizam. Sim, eu sou uma mulher liberada, e daí? Se me perguntas, no entanto, és livre? Eu te respondo, nem tanto. Ouço esse grito perto e distante, esse soluçar constante a ecoar no mundo. Vejo tanto olhar perdido, corpos sofridos a estender as mãos. A liberdade não é no singular, é a soma de tudo, de todos. É plural, a começar assim: por mim, por ti, por nós. Liberada eu sou, mas não foi fácil, nem vai ser facilmente conquistada a

¹⁵ Correspondente ao antigo Curso Primário.

libertação da mulher. Eu consegui, mas não sou nada especial, nem coisa rara, nem iluminada, só sou muito diferenciada de você, mulher passiva, acomodada, conscientemente, ou não, explorada, esperando, ou não, acontecer (Vidal, 1994, s/p).

[...] eu, ao invés de me limitar a ver, quis olhar, em vez de só poder ouvir resolvi falar, em vez de só poder tocar, resolvi sentir profundamente, em vez de ter meu corpo indisposto, mas pronto para uso, me fiz dona de mim, e este abuso não vai mais acontecer.

Brindes a mulher “Santa-mãe”, “esposa--fiel”, “dona-de-casa-exemplar” [...] sempre foram erguidos em taças de fel.

Me fiz abelha operária, fabrico meu mel com o suor do meu corpo e calos nas mãos. Me desmontei, me desfabriquei. Juntei meus pedaços de ferro e aço e joguei-os no lixo, deixei de ser robô. Nas dores que não são iguais, me refiz mulher, e como foi difícil erguer a mão e mais difícil ainda ensinar minha boca, a palavra não! (Vidal, 1994, s/p).

[...] os alienados do Sistema Capitalista dizem que isso é contra o homem, o homem é nosso irmão, amigo, marido, amante, companheiro; o seu dinheiro ajuda? Ajuda nosso pão. E ajuda comunhão. O que eu fiz? Foi queimar, rasgar dogmas, tabus e preconceitos, exigir direitos, passar por cima da discriminação que diz: homem é homem, mulher é mulher, e que o homem tudo pode sacodem sobre nós a honra e a moral falsa que nos impõe os hipócritas cristãos. Não! Dividi tudo em partes iguais: tudo que o homem faz a mulher é dignamente capaz! (Vidal, 1994, s/p).

É possível apreender nesses versos, que Celeste clama pela liberdade das mulheres em todos os espaços sociais. A liberdade que ela postula é aquela que exige a coragem de dizer não, de ser e fazer o que desejar, de passar por cima de preconceitos e de lutar por direitos não apenas por si, mas no sentido plural para todos e todas. Ela conseguiu essa liberdade, mas para isso precisou se desmontar, se desfabricar e depois juntar seus pedaços e jogá-los fora para ressurgir como mulher (res)significada e dona de si mesma.

Além de se constituir em liderança das Ligas, militante de teoria e prática, inclusive atuando lado a lado dos camponeses em atos de ocupação de vários engenhos em Vitória de Santo Antão, ela presidiu a Diretoria das Ligas Urbanas desse município, apoiou o Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁶, tentou criar sindicatos urbanos e candidatou-se a vereadora não obtendo êxito devido a legenda.

¹⁶ O Movimento de Educação de Base – MEB foi criado em 21 de março de 1961, através do Decreto n.º 50.370 que dispôs sobre o Programa de Educação de Base. O Decreto prestigiou o Movimento de Educação de Base empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Trata-se de uma instituição de formação e assessoramento que prioriza a educação popular, com ações voltadas para a garantia e defesa dos direitos, da qualidade de vida e o desenvolvimento humano de populações em áreas de vulnerabilidade social (Fávero, 2006, p.51).

Nessa sua saga, se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) do qual foi expulsa em 1961 quando, no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil realizado em Belo Horizonte, apoiou a tese da “reforma agrária na lei e na marra” defendida por Julião, em detrimento da tese defendida pelo partido pautada nas alternativas de lutas mais moderadas, amparadas nas brechas legais e na aliança entre os movimentos, a burguesia nacional e o Governo.

Trabalhou na campanha de Miguel Arraes para governador do estado de Pernambuco na eleição de 1962, quando ele saiu vitorioso a partir de uma coalizão dos partidos de esquerda (Partido Social Trabalhista - PST; PCB e setores do Partido Social Democrático – PSD), derrotando João Cleofas do partido União Democrática Nacional (UDN) representante das oligarquias canavieiras do estado. Arraes exigiu dos usineiros e donos dos engenhos de Pernambuco o pagamento de um salário-mínimo aos seus trabalhadores rurais, apoiou a criação de sindicatos, de associações comunitárias e as Ligas Camponesas.

Durante o governo de Arraes, Celeste integrou a Secretaria de Assistente do Governo e tentou criar Sindicatos urbanos em Vitória de Santo Antão. Não tendo obtido êxito nessa missão, dedicou-se integralmente às Ligas Camponesas.

Foi surpreendida, em 31 de março de 1964, com o golpe militar e a notícia do cerco do exército ao Palácio do Governo onde se encontrava Arraes. Determinada a resistir ao golpe, em 1º de abril tomou a Rádio Ipiranga local, de onde não só conclamou os camponeses a organizarem a resistência caminhando até Recife para apoiar Arraes, como passou o dia pedindo armas a Escola de Marinheiro, uma vez que o comandante da Marinha apoiava João Goulart.

Atendendo a seu chamado, cerca de mil camponeses adentraram a cidade de Vitória de Santo Antão de onde deveriam partir para o Engenho Bento Velho, que havia sido ocupado a quinze dias, e ficar à espera da chegada das armas para então marcharem em direção a Recife. As armas não chegaram. Em contrapartida, o exército tomou conta da cidade provocando a dispersão dos camponeses. Celeste foi presa, tendo sido a primeira presa política das Ligas. Sofreu todos os tipos de abusos, humilhações e torturas.

Presa pelo crime de subversão e sem ter direito de defender-se frente as acusações de homens que representavam a elite comercial e agrária do município de Vitória de Santo

Antão, Celeste foi inicialmente levada para a Delegacia Auxiliar de onde foi encaminhada à Casa de Detenção do Recife (CDR), onde permaneceu sofrendo terríveis torturas até 13 de maio de 1965, quando foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor, localizada em Recife, presídio feminino dirigido por freiras beneditinas, de onde só saiu após cumprir a pena imposta pela justiça, em 1966.

Celeste foi entregue:

(...) as amarras de um regime que teve a repressão e a tortura como seus principais aparatos. É fato que, no período, quando se tratava de acusar uma mulher e dela retirar seus direitos, o Estado brasileiro não se omitia. As mulheres, que antes pouco eram vistas e que pouco se falavam delas, passam a ocupar o espaço público como símbolo daquilo que não deveria existir (Nascimento, 2021, p. 80).

Após conquistar a liberdade do cárcere, continuou sendo monitorada pelos militares, que produziram inúmeros relatórios de campanhas e os fizeram circular entre o centro de informação do IV Exército e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (Santos, 2016, p. 93).

Apesar de saber que estava sendo o tempo todo monitorada, Celeste não abandonou sua militância política. Em sua ficha no DOPS, constam intensas atividades em que ela participou, durante a década de 1970, e que foram acompanhadas pelos agentes do Estado. Em 1979, afirmaram os investigadores que ela estava ligada à Convergência Socialista, sendo articuladora do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Teria participado do ato que marcou o retorno de Miguel Arraes, realizado em Santo Amaro, bairro central do Recife, em 16 de setembro de 1979. Também teria participado de ato contra a carestia e sido uma das oradoras de uma atividade realizada pelos bancários, na Praça da Independência, em 27 de setembro do mesmo ano. Afirmam, ainda, que ela fora identificada na recepção a Francisco Julião, no Aeroporto dos Guararapes, em 3 de novembro de 1979. E em 23 de novembro do mesmo ano, uma das oradoras de um Ato Público, realizado na Praça da Independência, no centro do Recife, em repúdio à extinção do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), à Reforma Partidária e em solidariedade ao ex-deputado Jarbas Vasconcelos. Em 22 de janeiro de 1980, participou de ato promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco (OAB-PE), em solidariedade aos presos políticos que estavam em greve de fome. Também informou o documento, que Maria Celeste participava, ativamente, de campanhas contra o regime, bem como que ela mantinha contato com camponeses de

Vitória de Santo Antão, Água Preta e Tapera. Em 09 de março de 1980, teria participado do I Encontro do Partido dos Trabalhadores no Centro de Trabalho e Cultura, no Recife. E, segundo os investigadores, Maria Celeste seria a responsável pelos contatos da Ação Operária Católica (ACO), no meio rural, sendo a responsável pela “arrecadação de meios para o fundo de greve” (Santos, 2016).

Celeste ainda participou das eleições de 1986, sendo candidata a deputada estadual, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Faleceu em 04 de outubro de 1998, em virtude de uma parada cardíaca.

Importante chamar a atenção para o fato de Celeste Vidal apesar de ter sido uma das maiores lideranças das Ligas Camponesas de Pernambuco, de ter lutado lado a lado com Francisco Julião, de ter gozado de prestígio e respeito por parte dos camponeses tendo sido capaz de colocar na rua cerca de mil trabalhadores por ela convocados para resistir ao golpe, não é lembrada na maior parte dos estudos sobre o tema. A grande imprensa pernambucana que noticiou incansavelmente, notícias para incriminar Celeste, nunca se preocupou em resgatar sua verdadeira trajetória de vida, de luta, de sofrimento e de resiliência.

Considerações Finais

O patriarcalismo foi um elemento chave do chamado “padrão civilizatório” implantado no Brasil pelo colonialismo português. Os sistemas de capitânicas hereditárias e de sesmarias, deram proeminência à atuação masculina, no que foi reforçado pela visão judaico-cristã a respeito da mulher. A esta cabia, fundamentalmente, cuidar da casa, gerar filhos e criá-los, mantida em clara sujeição ao poder masculino conforme as normas jurídicas, religiosas e consuetudinárias. Esse padrão coercitivo manteve-se praticamente intocado até a metade do século XX, sobretudo no tocante à sociedade rural.

Mesmo nos movimentos sociais, a mulher teve um papel secundário e subalterno. Assim também ocorria nas Ligas Camponesas, movimento de massa mais expressivo ocorrido no Nordeste, na metade do século XX. No entanto, algumas figuras femininas conseguiram romper este papel que lhes era imposto. A trajetória de vida e de luta das duas protagonistas analisadas neste artigo ilustra à sociedade, o quanto tiveram de superar dos códigos sociais vigentes para se envolverem na luta de libertação da classe

trabalhadora rural. Por outro lado, ficou evidenciada a importância do seu engajamento para a sustentação do movimento camponês. Mas, mesmo tendo ação decisiva, os resgates históricos até agora realizados não lhe fazem a justiça necessária. Este artigo, portanto, buscou resgatar a luta dessas mulheres, esperando que outros esforços sejam feitos na mesma direção.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARRETO, R. A. D. N.; NASCIMENTO, R. B. Entre o professorado e a militância política: o caso de Maria Celeste Vidal (1929-1998). **Rev. FAEEDBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 193-206, jul./set. 2021.

DOI: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p193-206>

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. *In*: PRIORE, M. D. (org). **História das mulheres no Brasil**, 7. ed., p. 607-639. São Paulo, Contexto, 2004.

BICALHO, E. B. A moralidade do patriarcado rural enraizada no Brasil: uma leitura de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 173-191, mar./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n50p173>

CABRAL, F. J. G.; MEDEIROS, M. da G. D.; ARAÚJO, A. H. da S. Lugar de mulher é na revolução: confissões de uma clandestina. *In*: COLÓQUIO DE HISTÓRIA, 5., Recife. **Anais...** Recife, 2011.

CANABRAVA, A. **O açúcar nas Antilhas**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CONTE, I. Mulheres Camponesas - A invisibilidade feminina. **Le Monde Diplomatique**, 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-invisibilidade-feminina/> Acesso em: 1 fev. 2024

DOCUMENTÁRIO. **Alexina** – Memórias de um Exílio. Roteiro e direção dos jornalistas Cláudio Bezerra e Stella Maris Saldanha. Recife, 2012.

DOCUMENTÁRIO. **Mémórias Clandestinas**. Sépia Cinema e Vídeo, 2007.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, A. L. Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60. **Revista Brasileira do Caribe**, Brasília, v. X, n. 19, jul./dez. 2009, p. 163-189.

FILIPIDIS, E. H. **Filhas da resistência**. Alexina. Disponível em:
<https://filhasdaresistenci.wixsite.com/ditadura/project-03> Acesso em: 1 fev. 2024.

FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fatos e Versões**, v. 1, n. 02, 2009. Disponível em:
https://www.academia.edu/3784126/A_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO
Acesso em: 6 out. 2024.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª. ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIAS, L. A. de M.; OLIVEIRA, J. de C. Níveis, tendências e diferenciais de fecundidade no Brasil a partir da década de 30. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 8, n. 1, p. 72-111, 1991.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries estatísticas retrospectivas**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1986.

MAGALHÃES, M. L.; SCHEMES, C. O selo da honestidade: a virgindade e o controle moral do corpo. **História Revista** (UFG. Impresso), v. 20, p. 120-138, 2015.
DOI: <https://doi.org/10.5216/hr.v20i2.34792>

MELO, J. A. G de. **O diário de Pernambuco e a história social do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1975.

MELO, M. L. de. **O açúcar e o homem**: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro. Recife: IJNPS, 1975.

MINTZ, S.W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed. Universitária, 2003.

MOREIRA, E. O trabalho de mulheres, crianças e adolescentes na atividade canavieira. **Relatório Parcial de Pesquisa**. CNPq/UFPB, 2011.

MOREIRA, E. Terra, cana e poder na Zona da Mata Paraibana. *In: Conhecendo a Paraíba*. João Pessoa, LOGEPA, 1999.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária da Paraíba. 1997.

MULLER, C. M.; BESING, M. A trajetória histórica da mulher no Brasil: da submissão à cidadania. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccs/2016/03/mulher.html> Acesso em: 5 fev. 2024.

NASCIMENTO, R. B. **Da escola a prisão: a atuação professoral e política de Maria Celeste Vidal**. Recife: Ed. UFPE, Coleção GEPIFHRI, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.51359/978-65-5962-069-2>

OLIVEIRA, D. S. As Ligas Camponesas: Um Exemplo Marxista na Luta de Resistência no Campo. **Blog Sempre se faz História**, 2010. Disponível em: <https://www.sempresefazhistoria.blogspot.com/2010/09/as-ligas-camponesas-um-exemplo-marxista.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *In: Congrès international des américanistes*, Paris, n. 42, 2-9 set. 1976.

PERRUCCI, G. **A república das usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 2 ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981. Disponível em: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Paulo_Prado_-_Retrato_do_Brasil.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024

PRIORE, M. D. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In: PRIORE, M. D. (org.) História das Mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578 – 606.

RODRIGUES, G. S. de S. C.; ROSS, J. L. S. Uma transição sutil: dos Engenhos Centrais às Usinas. *In: RODRIGUES, G. S. de S. C.; ROSS, J. L. S. A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. Uberlândia: EDUFU, 2020, p. 67-113.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAMPAIO, R. **Violência e racismo na Casa Grande de Florianópolis: A reprodução da senzala no cotidiano das mulheres negras**. TCC. Curso de Graduação em Jornalismo, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Palhoça, 2019.

SANTOS, T. de O. **As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da UFPE, Recife, 2016.

SANTOS, A. M. dos S. Prefácio. *In*: NASCIMENTO, R. B. **Da escola a prisão: a atuação professoral e política de Maria Celeste Vidal**. Recife: Ed. UFPE, Coleção GEPIFHRI, 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995, p. 71–97.

SUDENE DRH. **Estrutura e dinâmica da população do Nordeste brasileiro 1940/1970**. Recife, 1978.

TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, UFCG/PPGS, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.
DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.188>

TARGINO, I. *et al.* **Memória das Ligas Camponesas da Paraíba**. João Pessoa: Ed. CTC/UFPB, 2024.

VIDAL, M. C. **Metade Sol, Metade Sombras**. Recife: Edições Bagaço, 1994.

Recebido em 01/12/2024.

Aceito para publicação em 19/03/2025.